

A educação furtada e as cândidas mentiras da especulação educacional

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

Na sociedade capitalista a educação é um negócio altamente rentável para os empresários do setor, que subvertem os princípios culturais da formação intelectual do ser humano ao crivo do mercado. Para atrair a clientela, essas corporações de ensino abusam do uso de belas sentenças para ludibriar os seus alunos-consumidores, circunstância que evidencia a cisão entre a bela teoria e a prática corrupta, pois essas corporações de ensino não aplicam efetivamente o que pregam, pois não estão comprometidas com o progresso da educação e da consciência crítica no alunado nacional.

Palavras-chave: Capitalismo; Educação; Ideologia; Comércio; Autonomia.

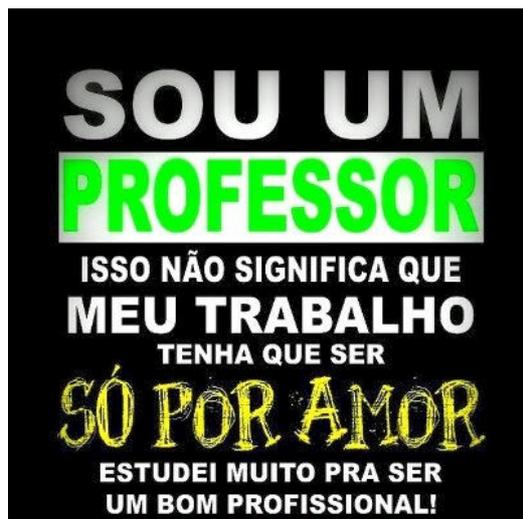


* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; Professor do Curso de Especialização em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública-UERJ, da Faculdade CCAA e da Faculdade Duque de Caxias-UNIESP.

Introdução

No capitalismo tardio, a educação se torna um produto altamente rentável para o empresariado que investe no setor. Mediante a progressiva precarização do ensino público, a oferta da educação privada se torna uma saída para os grupos sociais que se encontram em condições financeiras mais razoáveis e podem assim investir uma parte dos seus provimentos econômicos nessa qualificação. Contudo, para que o mercado educacional possa ser competitivo em um sistema econômico eivado de grandes crises internacionais, a saída mais violenta encontrada pelo empresariado do setor consiste em ampliar a qualidade do serviço para satisfazer os consumidores dos serviços educacionais e, por outro lado, aumentar a precarização das condições laborais dos professores, explorados em jornadas exaustivas para que possam dignamente subsistir em uma dinâmica econômica que impede a plena conquista de sua emancipação social e sua autorrealização pessoal.

As corporações educacionais investem maciçamente em publicidade para que possam assim atrair cada vez mais prosélitos-consumidores para os seus quadros discentes e, dessa maneira, aumentar sua arrecadação, sem que os salários dos professores recebam qualquer bonificação por essas conquistas pecuniárias. Na educação espetacular, a imagem de sucesso vale mais do que o conteúdo intelectual, e as falácias publicitárias reforçam esses dispositivos falseadores da realidade



concreta das relações pedagógicas. Nas linhas seguintes veremos alguns aspectos do mundo educacional privado brasileiro e suas particularidades mais bizarras, decorrentes da internalização do espírito servil que fundamenta nossas bases ideológicas desde as priscas eras colonialistas, assim como pela transformação do sistema educacional brasileiro em um ramo comercial plenamente lucrativo para seus empresários, mantenedores e especuladores, pois milhões de estudantes anseiam pela obtenção de um diploma universitário. Desmistificaremos alguns enunciados propagados pelas corporações educacionais, demonstrando que essas empresas jamais colocam em prática suas belas palavras de efeito. As figuras caricaturadas ao longo deste texto representam disposições amalgamadas de empresários educacionais e seus atos violadores da excelência cultural.

Os discursos vazios da publicidade das corporações privadas de ensino

Cartazes de cursos de idiomas são espalhados pelas vias das grandes cidades enaltecendo seus professores como celebridades idolatradas pelos seus alunos. Essa bobagem publicitária abrasa o coração do intelectual crítico do capitalismo educacional. Mesmo que a capacidade de interatividade entre docentes e estudantes seja excelente, esse discurso apenas reforça a exploração absoluta do professorado, que naturaliza a sua dominação ideológica ao focar o lado de

familiaridade com seu alunado. Essa relação pedagógica, não raro, é conflitiva, pois o professor que almeja estabelecer um critério rigoroso de qualidade em suas avaliações é vilipendiado pela massa de alunos pouco afeita ao esforço intelectual de superação das suas limitações cognitivas. O professor complacente concede notas elevadas indiscriminadamente e é idolatro pelo alunado, já o professor rigoroso sofre resistência cotidiana para exercer com qualidade suas atividades. Todavia, a grande dominação do professorado ocorre na dimensão econômica, pois os educadores explorados pelo sistema de mais-valia, em que a quantidade de riqueza produzida pelas suas atividades é incompatível com os vencimentos mensais recebidos da instituição, que se apropria desse excedente de riqueza e prospera assim à custa das forças criativas do professor.

As corporações educacionais são pródigas em propagar lemas de grandes pensadores da história da humanidade que certamente se envergonhariam de encontrar suas ideias associadas a tais antros. Aristóteles, Kant, Einstein, Paulo Freire e muitos outros são ignominiosamente citados nos anúncios publicitários dessas instituições, sendo que as mesmas desonram cotidianamente os legados desses gloriosos pensadores com suas práticas burocráticas alheias ao progresso do intelecto estudantil e do próprio espírito educacional, criando-se assim uma horrenda contradição entre palavras sublimes e atos corporativos vis. A intensidade das ideias desses pensadores se converte em mera palavra de ordem que mistifica os propósitos reais das instituições de ensino submetidas aos critérios mercadológicos e que, para tanto, necessitam agradar os ímpetos

imaturos dos seus consumidores. Segundo Adorno e Horkheimer

Quanto mais a realidade social se afastava da consciência cultivada, tanto mais esta se via submetida a um processo de reificação. A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados. O pensamento perde o fôlego e limita-se à apreensão do fátual isolado. Rejeitam-se as relações conceituais porque são um esforço incômodo e inútil (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 184).

Uma instituição educacional consistente não necessita de propaganda para captar novos alunos, pois sua qualidade institucional já se configura como um grande chamariz para novos prosélitos. Quando uma corporação empresarial de ensino recorre a celebridades para atrair novas levas de alunos, um duro golpe é desferido contra o espírito educacional, pois talvez essa celebridade seja uma pessoa intelectualmente desprovida de qualidade e sequer tenha um diploma de curso de superior, circunstância que contradiria a própria campanha publicitária. Contudo, esse contrassenso pouco importa para os idealizadores desse discurso, pois o efeito espetacular prevalece sobre toda coerência lógica. Seria muito mais conveniente que o investimento realizado nessa publicidade fetichista fosse revertido em uma distribuição pecuniária aos docentes da instituição de ensino. Ao invés de um milhão de reais despejado no ralo em prol da campanha publicitária, por que não investir essa quantia no aumento salarial dos professores, deixando-os mais confortáveis materialmente e certamente mais felizes existencialmente.

Os paradigmas da educação furtada

Não adianta o ideólogo furtado propor a dita “educação nova” se porventura ele mesmo se encontra enredado aos parâmetros axiológicos conservadores que somente cancelam o status quo. O educador furtado em sua figura pública apresenta uma imagem de demagogo progressista, mas no seu reitorado se configura como um grande conservador e devoto do som mágico do tilintar das moedas no cofre da sua instituição de ensino. A sua palavra de ouro prega a inovação, mas os seus atos administrativos referendam a educação submetida aos ditames do capitalismo neoliberal e sua adequação aos imperativos narcisistas dos alunos-clientes. Para Paula Sibília,

Na oferta educacional contemporânea busca-se oferecer um serviço adequado a cada perfil de público, proporcionando-lhe recursos para que cada um possa triunfar nas árduas disputas de mercado. Isso não é para todos, como a lei, mas tem uma distribuição desigual como o dinheiro: todos os consumidores querem ser distintos e únicos, singulares, capazes de competir com os demais para se destacar com suas vantagens diferenciadas, num mundo globalizado no qual impera um capitalismo cada vez mais jovial, embora também feroz (SIBILIA, 2012, p. 132).

O educador furtado perambula como apóstolo do seu evangelho filisteu pelas inúmeras cidades do país enunciando discursos motivacionais que, analisados semiologicamente, evidenciam o quão são ideológicos e completamente desprovidos de substância crítica. Suas palestras apenas servem de estímulo para nervos esgotados. O mote da pedagogia furtada é o de que podemos mudar a vida das pessoas através da

educação. Palavras louváveis, mas na prática tal discurso escamoteia os conflitos estruturais que envolvem a instituição de ensino, pois muitos alunos-consumidores não querem vivenciar a emancipação cultural promovida pela educação, mas apenas obter a chancela para que possam ingressar no mercado de trabalho e assim se tornarem burocratas existenciais acomodados e reacionários. Conforme a indagação de István Mészáros:

Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a auto-emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento dos objetivos reificados do capital? (MÉSZÁROS, 2008, p. 47-48).

A pedagogia furtada afirma claramente que o seu projeto educacional nasceu do objetivo de oferecer ao entorno a oportunidade de ingressar no curso superior, uma vez que as oportunidades das universidades públicas encontravam-se aquém das capacidades materiais e intelectuais do alunado periférico. Ora, esse discurso apenas reforça o estereótipo elitista de que os alunos economicamente carentes são incapazes de galgarem postos de sucesso em suas vidas profissionais mediante a participação na educação pública através da superação das suas limitações materiais e que assim torna-se necessária a criação de ofertas assistencialistas substitutivas para agradar essa comunidade pretensamente alheada de condições estruturais de emancipação social, desde que essa

massa anônima, obviamente, pague pelas mensalidades. Isso não é filantropia conforme alardeado pelos defensores do projeto furtado, mas sim uma vileza administrativa, pois muitos jovens ávidos por inserção profissional necessitam se submeter a tais condições materiais de dominação econômica para que possam realizar os seus objetivos. Todavia, será que o aluno diplomado pelo centro educacional furtado terá a mesma respeitabilidade profissional que o estudante que galgou sua trajetória acadêmica em uma instituição universitária pública reconhecida por sua excelência educacional?

O centro universitário furtado é um grande asilo da ignorância. Nessas condições, a educação furtada estaciona o aluno-consumidor em sua luta por sucesso profissional, reforçando assim a cisão social que separa a elite cultural e a massa alienada destinada ao esforço laboral cotidiano no sistema capitalista. A vileza do mantenedor da instituição furtada é assim absolutamente prejudicial para a democratização do ensino na realidade brasileira.

O professor sofre as agruras cotidianas da precarização das suas condições laborais, assim como o contínuo processo de desvalorização profissional. Contudo, a pretensão de se comparar suas adversidades existenciais à Paixão Crística é uma blasfêmia sem igual e também uma indecência *kitsch*. Não misturemos a dimensão sagrada da soteriologia com a dimensão imanente da pedagogia. O professor não é um sacerdote abnegado alheio aos problemas concretos do mundo e imune aos seus apelos materiais, mas sim um profissional que, assim como qualquer outro, luta por reconhecimento em uma realidade social que legitima a barbárie, a obtusidade intelectual, o utilitarismo grosseiro, os inúmeros sectarismos

ideológicos. Se durante séculos a figura do professor foi associada ao do asceta alheio aos problemas materiais, em nossa realidade moderna essa imagem não faz mais nenhum sentido e deve ser dissolvida. O magistério é um trabalho, mas um trabalho, por sinal, cada vez mais árduo, visto que poucos alunos reconhecem nos estudos um caminho para sua transformação existencial. Segundo Gaudêncio Frigotto,

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte dessas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica (FRIGOTTO, 2010, p. 27).

Muitas profissões somente podem ser exercidas adequadamente sem interferências anódinas de terceiros, como a dos médicos-cirurgiões. Contudo, a grande maioria dos grupos profissionais exerce suas atividades laborais sob o constante assédio moral das massas, pressões psicológicas, condições estressantes, ambiente hostil, dentre outros itens degradantes. No caso dos professores, o adicional de insalubridade agregado ao seu salário deveria ser um direito universal, independentemente das circunstâncias laborais nos quais esses profissionais se encontram inseridos. Moacir Gadotti ratifica essa proposta ao afirmar que

A escola tornou-se válvula de escape da sociedade opressiva. E quem está suportando a pressão é o professor. Os professores deveriam, por isso, lutar por um adicional no seu salário, uma taxa de insalubridade, decorrente de um sistema social em decomposição (GADOTTI, 1987, p. 125).

O professor é responsável pelo estado de alienação profissional no qual ele se encontra no regime capitalista, pois em

nome de abstrações idealistas ele aceitou candidamente a opressão exercida pelo reitor furtado, sem se rebelar contra essa dominação profissional ao apelar para o caráter seráfico da educação como vocação sacerdotal. Quando toma consciência de sua alienação profissional, muitas vezes já se encontra enredado por uma trama burocrática que lhe impede de se desvencilhar das suas limitações coercitivas profissionais. Para Paulo Freire,

A sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir. Um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, não é responsável. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios (FREIRE, 1983, p. 35).

O ensino não merece a devoção cega, mas sim a dedicação comprometida do professor pelo progresso educacional. Ensinar pode perfeitamente ser um ato permeado de amor da parte do docente, mas cabe que esse amor não seja substituto da didática e da seriedade intelectual, pois, caso contrário, o processo pedagógico corre o risco de se tornar pieguice, sentimentalismo histriônico. Afinal, mesmo quando o professor repreende energicamente o aluno que insiste em perseverar em comportamentos inadequados em sala de aula ou que, por insuficiência intelectual, deve ser reprovado na disciplina, esse rigor não significa desamor; pelo contrário, é justamente por não ser condescendente com o rendimento inferior do aluno que o professor afirma seu comprometimento para com a emancipação intelectual ao estimular a superação das limitações pessoais mediante o exercício das faculdades críticas. Desse modo, o professor deve lutar pela afirmação dos

seus direitos profissionais contra a cobiça patronal que o espolia cotidianamente, explorando suas capacidades pedagógicas em relações econômicas fundamentadas na mais-valia. A hora-aula de um professor no regime comerciário de ensino é mais barata do que o serviço de um massoterapeuta ou de uma prostituta comum. A palavra do professor vale muito pouco no regime capitalista. Segundo Alain Finkielkraut,

No momento mesmo em que a técnica, pela interposição da televisão e dos computadores, parece capaz de introduzir nos lares todos os saberes, a lógica do consumo destrói a cultura. A palavra permanece, porém, esvaziada de toda ideia de formação, de abertura ao mundo e de cuidado da alma. Doravante, é o princípio de prazer – forma pós-moderna do interesse particular – que rege a vida espiritual. Não se trata mais de fazer dos homens sujeitos autônomos, trata-se de satisfazer seus desejos imediatos, de diverti-los pelo menor custo (FINKIELKRAUT, 1988, p. 146).

A educação é um exercício dialético de formação da consciência crítica e da consciência cidadã, e nada impede que o amor seja o elo que vincule professor e estudante nessa relação pedagógica. Com efeito, o desejo de fazer o melhor da parte do professor muitas vezes é motivado pelo amor ao saber e o amor pela emancipação dos seus interlocutores, e a paixão é fundamental para que se exerça com dedicação e espírito de criação o magistério. Todavia, o amor pedagógico não coaduna com a pieguice assistencialista de considerar o aluno um coitado fracassado que deve ser afagado em suas dores cotidianas. Essa disposição apenas reforça a alienação da consciência do aluno, incapacitado a

lutar por superação das suas dificuldades pessoais, adversidades que fazem parte da vida de qualquer ser humano. Estudantes intelectualmente comprometidos não pedem aos seus professores que corrijam suas provas com “carinho”. Escamoteada nessa meiguice estúpida encontra-se o desejo de se permanecer na menoridade existencial, pois o estudante que persevera com afinco nos estudos apenas quer ser avaliado com justiça e critérios isonômicos pelo professor. Aliás, todo carinho deve ser recíproco, se porventura o aluno solicita carinho na correção de sua prova ele mesmo deveria oferecer seu carinho pessoal ao professor que ele tanto tenta ludibriar com seu palavreado infantil.

A desmistificação do ofício do professor é imprescindível para que se evidencie o quanto sua atividade profissional é fundamentada em dispositivos servis, pois o aluno-cliente acredita piamente que o docente está sempre de prontidão para atender os seus caprichos particulares e satisfazer as suas exigências narcísicas, caso contrário o professor se torna uma figura abjeta digna de desprezo, exclusão e demissão do seu cargo. Herdeiro de uma tradição colonial-escravocrata-patriarcalista, o aluno brasileiro, de modo geral, se relaciona com o professorado como se este fosse uma classe de trabalhadores compulsórios, que devem se dedicar incondicionalmente ao arbítrio estudantil, tornando o professor um autêntico condutor de crianças. Dessa maneira, não é a harmonia que intermedeia a relação professor-aluno, mas sim o conflito simbólico e muitas vezes físico, pois todo professor que impeça a progressão automática do estudante por exigir demais das suas capacidades cognitivas se transforma em um inimigo efetivo digno de

agressão ou mesmo de eliminação. Esse dispositivo ideológico é destrinchado com precisão por Marilena Chauí:

O que é a sociedade brasileira enquanto sociedade autoritária? É uma sociedade que conhece a cidadania através de uma figura inédita: o senhor-cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhe retirada quando as dominantes assim o decidem (como durante as ditaduras). É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência (situações que vão da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais). (CHAUÍ, 1987, p. 53-54).

Nessa relação social de obediência ao poder estabelecido pela posse material, a educação privada sofre inevitavelmente os reflexos dessa formação civilizacional autoritária e obscurantista. Não raro ocorre de um aluno proferir uma conhecida sentença: “Eu pago o seu salário”. Para desgosto desse imbecil travestido de estudante, cabe informar que, da sua mensalidade paga à instituição privada de ensino, a parcela referente da hora-aula que é revertida ao professor ofendido sobra apenas alguns centavos. Desse modo, o melhor a se fazer é enfiar goela abaixo desse aluno essas moedas e ordenar que ele saia de sala, pois o contrato social foi rompido. Nem por míseros centavos ou um punhado de reais o aluno-consumidor tem o direito instituído de atrapalhar o desempenho pedagógico do professor com seus impropérios.

As domingadas pedagógicas

As domingadas pedagógicas ocorrem quando o empresário educacional se caracteriza por cometer contínuos disparates na sua gestão administrativa, não apenas por incompetência técnica ou por improbidade, mas também por sua irrefreável fome por dinheiro. As domingadas pedagógicas são cometidas pelos especuladores educacionais intrinsecamente demagogos, que visam manter sua clientela de consumidores constantemente satisfeita.

O imperial diretor que promove as domingadas pedagógicas propõe que se eduque com confiança. Todavia, o que isso significa na prática educacional? A quem ele pretende enganar com essas palavras atiradas ao léu? Para se educar com confiança, é imprescindível que as condições laborais do professor sejam plenamente satisfatórias, incluindo-se um ambiente profissional agradável, o pagamento de vencimentos dignos do magistério e a supressão do atendimento incondicional aos caprichos infantilóides do aluno que se crê o consumidor-soberano da relação pedagógica. O diretor domingueiro endossa assim a ideologia neoliberal expressa por um dos seus porta-vozes mais destacados:

Numa economia de mercado o consumidor é soberano. É ele que manda, e o empresário tem que se empenhar, no seu próprio interesse, em atender seus desejos da melhor maneira possível [...] O empresário bem-sucedido é aquele que consegue antever os futuros desejos dos consumidores, melhor do que os seus competidores. Para o empresário, na qualidade de vassalo do consumidor, é irrelevante se os desejos e necessidades dos consumidores decorrem de uma escolha, racional ou emocional, moral ou imoral. O empresário

procura produzir o que o consumidor quer. Nesse sentido pode-se dizer que ele é amoral (MISES, 2010, p. 20; p. 22).

Os dias de domingadas pedagógicas são sombrios para o exercício emancipador da educação, sustentada por um carvalho corroído internamente pelos vícios administrativos desse asqueroso filisteu da cultura engratado que negocia a educação tal como um astuto comerciante. O imperial diretor, cuja adiposidade transborda de seu terno, afirma aos seus lacaios que o aluno é o cliente por excelência e que o professor não deve aspirar por uma vida de riqueza material, sendo que ele próprio, hipócrita domingueiro, prospera financeiramente mediante a exploração do corpo docente. O único direito do professor perante o autoritarismo do diretor domingueiro é permanecer em silêncio e acatar toda sorte de humilhações. O imperial diretor escamoteia suas frustrações libidinais através do exercício da violência simbólica contra os seus subordinados. Do assédio moral ao assédio sexual é um pequeno passo para a consecução das suas domingadas pedagógicas.

Os parlamentares vendidos concedem honorarias públicas para o diretor domingueiro por suas pretensas contribuições para o mundo educacional: precarização da atividade profissional do professor, parcos vencimentos desproporcionais em relação ao lucro mensal obtido para os cofres da instituição privada de ensino, ameaça constante de demissão mediante o poder concedido aos provedores do alunado aburguesado, habitante de um rincão citadino reacionário e idiotizado pelo fetiche do capital. Mas talvez a Medalha Tiradentes que lhe é concedida signifique simbolicamente que ele, diretor domingueiro, é quem executa pelo enforcamento moral as vidas dos

professores destituídos de coragem para se rebelarem contra os seus desmandos caprichosos. O diretor domingueiro faz lavagem do dinheiro arrecado a cada mês na sua corporação educacional através de sua participação como tesoureiro em blocos carnavalescos e charangas. Esse grande usurário merece a defenestração para que seu sangue e gordura se espalhem pelo solo e assim paguem a grande dívida contraída com a natureza por todos os seus imundos delitos cometidos contra a educação emancipatória. Para Paulo Freire,

Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí a sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas, e o lucro, seu objeto principal (FREIRE, 2005, p. 51).

Com efeito, a sanha pecuniária do diretor domingueiro não encontra qualquer limite moral, pois sua psicopatia o torna alheio a todo sofrimento existencial causado em seus subordinados, que existem tão somente para satisfazer suas inclinações viciosas.

As cândidas mentiras do especulador educacional

O cândido reitor, mentiroso inveterado, afirma que o motivo principal para que ocorram os atrasos constantes no pagamento dos salários dos funcionários-lacaios reside na inadimplência das mensalidades dos seus alunos-consumidores-clientes. Nada mais distante dos fatos, pois a saúde financeira de sua instituição é estável, somente a saúde mental do cândido reitor é que apresenta uma crônica incapacidade de recuperação da sua moléstia, o mamonismo, seu incontrolável ímpeto por acúmulo de

dinheiro. O cândido reitor é um genuíno cleptomaniaco que rouba e manda enforcar. O cândido reitor, velhaco devasso, sustenta sua lubricidade indecente mediante o atraso dos vencimentos dos seus professores-lacaios. Por conseguinte, a máxima enunciada por Frederick Taylor acerca da administração científica nas relações corporativas revela-se improcedente: “O principal objetivo da administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado” (TAYLOR, 2012, p. 24).

Todas as ocasiões são motivações para a perpetuação dos seus erros administrativos: financiamento das comitivas de sumidades intelectuais que apresentam palestras nos seus feudos educacionais, festins com prostitutas de luxo, aquisição compulsiva de obras de arte nas suas viagens ao exterior, dentre outros aviltes que repugnam a consciência de todo professor espoliado por essa figura que adula os poderes vigentes para que se mantenha incólume em suas megalomanias insanas. Quando seus subordinados se revoltam contra essas arbitrariedades e realizam uma greve, nosso senhor feudal tropical indaga à consciência do professorado se porventura essa medida é a mais conveniente e se a mesma atende aos propósitos superiores da instituição. A greve, com efeito, é um dos mecanismos mais sutis para se bloquear a captação de lucros pelos empresários capitalistas. A grande mentira do cândido reitor consiste em afirmar que, por causa da greve, o alunado deixa de pagar as mensalidades, gerando inadimplência e, assim, déficit financeiro na conta bancária da instituição. Todavia, o cândido reitor não afirma a motivação para o rombo monetário nos cofres de sua instituição: a satisfação incondicional dos seus

caprichos particulares, dos mais refinados aos mais grosseiros. Os bons entendedores sabem perfeitamente que os livros assinados pelo cândido reitor foram redigidos por escritores-fantasmas, pois a magnânima figura não tem tempo para se dedicar ao nobre ofício intelectual e prefere aproveitar os gozos da carne. Para o cândido reitor, somente importa seus prazeres pessoais, o resto do mundo lhe é estranho. Se porventura no passado existiu algum brilho na mente desse falso intelectual, hoje seu cérebro está esclerosado pelo sentimento de megalomania que o impede de distinguir sonho e realidade, sua subjetividade e a dimensão pluralista do mundo exterior. Para o cândido reitor, só existe o seu próprio eu e suas demandas; todas as coisas que existem foram criadas por uma ordem providencial para se subordinarem aos seus desejos mais extravagantes.

A missa solene que é rezada em Ação de Graças pela longevidade de sua instituição é a hipocrisia mais grotesca que se pode conceber, pois nem todas as bênçãos dos sacerdotes são capazes de salvar a alma do cândido reitor dos seus pecados mortais. Seria talvez melhor que o cândido reitor preparasse uma missa de réquiem em sufrágio de sua alma, ameaçada de arder nos círculos do Inferno destinados aos agiotas, usurários, especuladores financeiros e empresários educacionais inescrupulosos. Quantas orações são necessárias para que o cândido reitor se redima de todos os seus crimes cometidos contra os seus funcionários no decorrer de sua longa vida?

Caso fosse uma figura efetivamente veraz, o cândido reitor assumiria que a missa mais conveniente para os seus propósitos espirituais é a negra, pois são as forças diabólicas aquelas que de fato são cultuadas por sua alma corrompida

por suas prevaricações. O cândido reitor veste a máscara de cristão devoto, mas comete ações iníquas que violam os princípios fundamentais da moral cristã, pois cobiça, luxúria, avareza e mentira se conjugam harmoniosamente na sua conduta improba. No cúmulo de sua vileza, o cândido reitor ordena que seus burocratas dos “recursos humanos” emitam telegramas informando a demissão dos seus funcionários no período entre as festividades natalinas e o advento do Ano Novo.

O título nobiliárquico herdado dos seus ancestrais foi rebaixado para o de Barão João, pois a sua nobreza aristocrática dissipou-se na mistura de lama e fezes que é seu legado existencial, eivado de vilanias. Apesar da pretensa condição de entidade filantrópica de sua corporação empresarial travestida de instituição educacional, a mesma é, na verdade, uma entidade espoliadora dos vencimentos dos seus funcionários e uma gigantesca fábrica de diplomas para seus alunos-consumidores, que pagam um preço muito caro para que sejam laureados academicamente e raramente assimilados pelo competitivo mercado de trabalho do regime capitalista, que requer pessoas competentes nos seus quadros superiores. Por conseguinte, o alardeado diploma de qualidade que adorna sua propaganda falsa em verdade é um diploma que vale menos do que o guardanapo de uma pastelaria suburbana. Lyotard considera que

Em vez de serem difundidos em virtude do seu valor “formativo” e de sua importância política (administrativa, diplomática, militar), pode-se imaginar que os conhecimentos sejam postos em circulação segundo as mesmas redes da moeda, e que a clivagem pertinente a seu respeito deixa de ser saber/ignorância para se tornar

como no caso da moeda, “conhecimento de pagamento/conhecimento de investimento”, ou seja: conhecimentos trocados no quadro da manutenção da vida cotidiana (reconstituição da força de trabalho, “sobrevivência”), versus créditos de conhecimentos com vistas a otimizar as performances de um programa (LYOTARD, 2002, p. 7).

Excelentes projetos educacionais criados por pessoas imbuídas dotadas de grandes ideais sucumbem nas gerações seguintes pelo espírito mercadológico incrustado nos herdeiros das instituições de ensino que somente visam obter sucesso financeiro imediato. Essa tendência é, grosso modo, a regra no processo de decadência de todas as corporações educacionais brasileiras. Ascensão, apogeu e queda da instituição de ensino, tal como uma grande tragédia da cultura mediada pelos signos do Capital. Quem mais perde em todos os âmbitos imagináveis com essa situação são os docentes, destituídos dos seus empregos, e alunos obrigados a se transferirem para outras instituições economicamente mais saudáveis, até segunda ordem. Enquanto o Capital regulamentar o sistema de ensino, qualquer instituição educacional de fomento privado correrá o risco de vivenciar situações aflitivas em relação ao seu futuro. Raramente excelência acadêmica e sucesso financeiro se conciliam no mundo da educação privada, pois a necessidade de se fidelizar alunos-clientes exige flexibilidade nas avaliações institucionais, mesmo que o nível de conhecimento conquistado pelo alunado seja cada vez menor. Conforme argumenta Ivan Illich,

Ensina-se aos alunos-consumidores que adaptem seus desejos aos valores à venda. São levadas a sentirem-se culpadas caso não ajam

de acordo com as previsões da pesquisa de consumo, recebendo os graus e certificados que os colocarão na categoria de trabalho pela qual foram motivados a esperar (ILLICH, 1982, p. 79).

A rotunda Lady Macbeth de Santa Cruz, em decorrência das suas improbidades administrativas, pode perder o seu cargo pedagógico na fábrica de diplomas do cândido reitor, mas as suas ações deletérias contra o espírito educacional não desaparecem com sua exoneração, pois a mácula de sangue que escapa das suas mãos sujou todos os locais pelos quais ela passou. Seus golpes de machado contra a autonomia educacional e os projetos emancipatórios dos pesquisadores por ela ludibriados destruíram a possibilidade efetiva de uma mudança nos paradigmas educacionais, mantendo o alunado preso aos grilhões do obscurantismo intelectual, circunstância que reflete o negrume de sua alma corrompida. Com efeito, quem teme o efeito da luz jamais pode pretender promover o esclarecimento das massas, mas mantê-la em estado de controle absoluto. As ações vis da Lady Macbeth de Santa Cruz são realizadas na obscuridade do gabinete de vícios em que ela despacha os seus ofícios fraudulentos, pois o mais tênue raio de luz desvela as suas escórias morais. O negrume ontológico dessa figura abjeta representa a derrocada do espírito crítico do esclarecimento intelectual. É necessário um grande trabalho para limpar o terreno em que os seus pés pisaram diariamente durante o período de seu mandato pedagógico tirânico.

Considerações Finais

Após a exposição de alguns problemas estruturais da educação privada brasileira, considero que propostas efetivas podem ser apresentadas como tentativa de mudança para o quadro vigente, pois o professor que labora no sistema privado de ensino cada vez mais se encontra submetido aos parâmetros da precarização profissional mediante a falta de estabilidade no exercício das suas funções. As exigências por produtividade são ainda maiores daquelas que regulam as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos docentes de instituições públicas, muitas vezes burocratizados pela estabilidade dos seus cargos e pela ausência de cobranças mais rigorosas sobre seus ofícios profissionais. Os docentes de instituições privadas de ensino recebem salários complementemente inferiores aos docentes de universidades públicas, mas sofrem pressões profissionais muito mais intensas e vivem sob o regime tenebroso da precarização.

A possibilidade de criarmos uma educação que proporcione a qualidade de vida do professor da iniciativa privada residiria na estatização de todo o nosso sistema de ensino ou, em uma perspectiva menos extrema, na constante necessidade de prestação de contas das corporações educacionais junto aos órgãos educacionais governamentais, com a plena participação do professorado como classe fiscalizadora, para que se evite a perpetuação de negociatas e falcaturas frequentes na promíscua relação entre os empresários educacionais e as estruturas estatais, circunstância que impede maior rigor no controle ao

arbitrário rapinante dos plutocratas da educação.

Referências

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FINKIELKRAUT, Alain. **A derrota do pensamento**. Trad. de Mônica Campos de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1987.
- ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Trad. de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. Trad. De Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MISES, Ludwig von. **Intervencionismo: uma análise econômica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. Trad. de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. Trad. de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 2002.

Recebido em 2014-10-03
Publicado em 2014-11-07